



GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 599

## DA IMPORTÂNCIA DE RIR COM INÊS BRASIL: EDUCAÇÃO, PÂNICO MORAL E “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Tiago Duque - UFMS

### Resumo

Este artigo problematiza algumas críticas feitas às contribuições científicas da teoria feminista para o campo da educação. O referencial teórico utilizado é o pós-estruturalista. Os argumentos são construídos a partir da análise do artefato cultural Inês Brasil, especialmente os memes que envolvem essa web-celebridade, assim como da experiência em torno da aprovação da Lei da Mordaza na cidade de Campo Grande (MS). Os resultados da análise apontam para a necessidade de compreensão da produção das diferenças como enfrentamento do pânico moral em torno do que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”.

**Palavras chave:** ideologia de gênero; pânico moral; educação

Com um discurso inflamado, em tom de alerta, um dos vereadores da cidade de Campo Grande (MS), no dia 31 de março de 2016, posicionou-se contra as discussões de gênero e sexualidade nas escolas em busca da “proteção da família brasileira”. No debate com outros políticos da casa, divulgado nas redes sociais, fica claro que há uma compreensão de que existem iniciativas didático-pedagógicas nas escolas que pregam que todo mundo tem que virar gay e lésbicas. Foi assim que ele e outros justificaram o seu voto a favor do Projeto de Lei (PL) 8242/16<sup>1</sup> que proibia a discussão sobre essas temáticas nas escolas municipais e propunha punição às/aos professoras/es que o desobedecessem. Iniciativas como essa, apelidadas de Leis da Mordaza, se espalham pelo país na tentativa de impedir o que empreendedoras/es morais chamam de “ideologia de gênero”. Este texto discute aspectos desse fenômeno através de uma abordagem pós-estruturalista, analisando a personagem midiática Inês Brasil. Isto é, através de parte do que se tem produzido envolvendo a sua imagem, e do contexto da

---

<sup>1</sup> Para ler o projeto na íntegra, acesse:

<<http://www.capitalnews.com.br/storage/webdisco/2016/04/02/outros/23ae5f415fccccdaf0648cfcd2998677.pdf>> Acessado em: 12 de mai. de 2017.

capital sul-mato-grossense, mas sem pensa-lo de forma isolada, problematizarei algumas críticas feitas às contribuições científicas da teoria feminista para o campo da educação e apontarei para a necessidade de compreensão da produção das diferenças como enfrentamento do pânico moral em torno do que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”.

Inês Tânia Lima da Silva, nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1969. É cantora, compositora, dançarina e web-celebridade. Há dezenas de páginas humorísticas e endereços no Facebook que se refere a ela com centenas de curtidas e seguidoras/es, por exemplo: “INÊSplicável”<sup>2</sup>, “De frente com Ines Brasil”<sup>3</sup> e “Inês Brasil”<sup>4</sup>. O clip da música “Make love”<sup>5</sup>, do canal do Youtube “inesbrasilTV”, tem 4.030.000 visualizações. Segundo algumas/alguns fãs, devido a todo esse sucesso, Inês Brasil pode ser considerada hoje a “proprietária da internet”. Programas televisivos de diferentes emissoras têm aproveitado dessa visibilidade nas redes sociais, mostrando que a audiência vinculada a sua presença na TV não é insignificante.

Além das páginas online, os canais do youtube e os programas televisivos, há também os memes envolvendo sua imagem. Eles, em especial as foto-legendas, serão refletidos aqui para a construção de parte da argumentação desse estudo. O meme seria o equivalente cultural do gene, a unidade básica de transmissão cultural, que se dá por meio da imitação. Essa definição tem inspiração no livro “O gene egoísta”, publicado em 1976, pelo biólogo Richard Dawkins, que popularizou a ideia de que a seleção natural se dá a partir dos genes – eles buscariam a sobrevivência, isto é, a sua replicação, por meio de corpos capazes de sobreviver e reproduzir. Para este cientista, a cultura também se espalha como os genes. Por isso, no campo da internet, o meme pode ser entendido como aquilo que se espalha de forma viral,

e que, por vezes, são caracterizados pela repetição de um modelo formal básico, manifestando-se por meio de vídeos, frases, *hashtags*, foto-legendas, tirinhas, entre outros. Os memes, em grande parte, são produzidos em baixa qualidade técnica, possuindo, em alguns casos, um aspecto grosseiro e intencionalmente descuidado, além de serem realizados de forma lúdica e com uma aparente pretensão de provocar um efeito risível (HORTA, 2015, p. 13).

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/INESplicavel22/?fref=ts>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/DeFrenteComInesBrasil/>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ines.brasil.184?fref=ts>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IMZDqKnvwuY>>. Acesso em: 28 de jul. 2016.

Contudo, como aponta Horta (2015), não se trata aqui de entender o meme como Dawkins o definiu primeiramente, afinal, as informações não são simplesmente transmitidas, repassadas de cérebro a cérebro, via certa passividade dos sujeitos. Assim, como ela, encaro os memes sem ignorar as provocações que as reflexões de Dawkins nos traz, mas aqui almejo

compreender o meme como uma maneira encontrada pelos usuários de entender o mundo, ressignificando as informações que se apresentam em seu cotidiano, algo que implica mediação, compreensão e crescimento sógnico (HORTA, 2015, p. 16).

Assim, reconheço, neste artigo, Inês Brasil como um artefato cultural, isto é, uma produção midiática construída culturalmente que, como uma invenção cultural, cria, reproduz e divulga diversos significados (SILVA e RIBEIRO, 2011). Enquanto um “dispositivo pedagógico da mídia”, ela está envolta em relações de poder e de produção de subjetividades (FISCHER, 2007). É, nesse sentido, que esta personagem torna-se boa para pensar a questão de gênero, sexualidade e educação, especialmente no contexto de certo pânico moral que tem rondado as escolas no contexto brasileiro, mas, mais especificamente, na cidade de Campo Grande.

### **A “ideologia de gênero” e o pânico moral no campo da educação**

Cohen (1972) cunhou o conceito de pânico moral para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem ao rompimento de padrões normativos. Como afirma Miskolci:

O que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família e o casamento (2007, p. 112).

#### **A política simbólica que estrutura os pânicos morais**

costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. [...] Todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo (Idem, p. 114).

Dito de outro modo,

pânico moral pode ser definido em linhas gerais como um movimento de massa que emerge em resposta a algo falso, exagerado, ou como uma ameaça mal definida à sociedade e propõe a endereçar essa ameaça através de medidas punitivas: penas severas, "tolerância zero", novas leis, vigilância comunal, expurgos violentos (LANCASTER, 2011, p. 23)<sup>6</sup>.

É nesse sentido que este fenômeno aproxima-se do que temos vivido no campo da educação quando o assunto é gênero e sexualidade. Nas últimas décadas houve um fortalecimento das áreas de pesquisa de gênero e das iniciativas de políticas educacionais na temática no Brasil. Em resposta a isso, ocorreu uma crescente reação conservadora articulada politicamente que passou a conceber gênero, a partir de uma leitura enviesada, como uma ameaça às famílias, às crianças e, com isso, à sociedade (DESLANDES, 2015). Por isso, esta temática deveria ser banida do debate público, especialmente da realidade escolar.

Faz parte das iniciativas para conquistar esse objetivo leis como a que foi citada no início desse artigo. Seja no Mato Grosso do Sul ou em outros estados, compõe o grupo de defesa das Leis da Mordação membros do Movimento “Escola sem Partido”. Eles, conforme as informações apresentadas em seu site<sup>7</sup>, e de uma palestra que este pesquisador pode assistir, dada pelo principal mentor deste movimento, na sede, em Campo Grande, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a partir de leituras da teoria de Paulo Freire, avaliam que os espaços escolares se transformaram em “meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes”. Por isso, dizem que buscam lutar pela “descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, “pelo respeito a integridade intelectual e moral dos estudantes” e “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Como bandeira de luta, defendem a proibição de professores utilizarem o espaço da sala de aula “para propagar conteúdos insidiosos e doutrinar” os estudantes, isto é, não querem que se ensine sobre gênero, sexualidade e religião, e, ao tratar de política, que as/os professoras/es sejam “neutros”, afinal, segundo o movimento, as/os professoras/es estariam se utilizando de seu poder de

---

<sup>6</sup> Todas as traduções das citações diretas escritas em outra língua que não o Português foram feitas pelos autores.

<sup>7</sup>

persuasão para “desvirtuar” os valores das/dos estudantes e “inculcar” ideologias “perigosas e deturpadas”. Assim, tal “ideologia”, para aquelas/es que creem na sua existência, é

um projeto de linhagem marxista, que tem como objetivo desestruturar a família e tornar as pessoas manipuláveis com base na pulverização de suas identidades sexuais. Pior: que vem sendo implementada, pelo governo, nas escolas e, portanto, incide sobre a parcela mais vulnerável da população: crianças e adolescentes, subjugadas por professores impos(i)tores (DESLANDES, 2015, p. 58)

Nada mais propício às/aos empreendedoras/es morais que crianças e adolescentes supostamente “ameaçados”, afinal,

Historicamente, grupos sociais estigmatizados por sua religião, visão política ou orientação sexual são socialmente representados como um perigo para as crianças. No caso dos judeus, são conhecidas as lendas de que usariam crianças em rituais de sacrifício humano. Também é notória a construção da imagem dos comunistas como “devoradores de criancinhas”. No caso de homens gays, a imagem de perigo os associa à pedofilia (MISKOLCI, 2007, p. 109).

No entanto, observando a realidade local, percebe-se a fragilidade das argumentações que sustentam o pânico moral aqui discutido, além disso, conforme as análises de Fernandes, fica claro que no pensamento do movimento “Escola Sem Partido”, “não há alternativa societária além das suas proposições excludentes, sexistas, homofóbicas e xenófobas” (2017, p. 228). Por exemplo, há três pontos referentes à Lei da Mordaca campo-grandense que merecem destaque ao questionarmos sobre a real motivação para a defesa dessa iniciativa: o primeiro vereador a propor tal legislação se afastou da Câmara Municipal devido às denúncias de que abusou sexualmente de uma garota menor de idade<sup>8</sup>; as autoridades políticas e religiosas que defendem a proibição da discussão e do ensino sobre religião com a Lei da Mordaca não apoiam as iniciativas de acabar com o hábito pouco republicano e laico de rezar a oração do Pai Nosso antes das aulas das escolas públicas da cidade<sup>9</sup>; em nenhum momento foi apresentado um caso na cidade em que a suposta “ideologia de gênero” tivesse sido aplicada e desrespeitado os direitos de crianças e adolescentes nas escolas.

<sup>8</sup> Conforme matéria jornalística disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-lei-da-mordaca-foi-ideia-de-politico-condenado-em-escandalo-sexual>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

<sup>9</sup> Mais informações sobre a prática estão disponíveis na seguinte matéria jornalística: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/04/rede-municipal-de-ensino-da-capital-proibe-pai-nosso-pedido-do-mp-ms.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

Junqueira (20117) afirma que os empreendedores morais antigênero parecem ter encontrado, com a movimentação contra a “ideologia de gênero”, um meio eficiente de afirmar e disseminar seus valores, recuperar espaços políticos e angariar mais apoio. Com isso, são muitos os efeitos desses discursos alarmistas em torno das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas. No caso da cidade de Campo Grande, em junho de 2015, antes mesmo do PL já citado ter sido proposto pelos vereadores, o bispo esteve presente na sessão de aprovação do Plano Municipal de Educação para pressionar os vereadores a cumprirem a orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, isto é, banir os estudos de gênero do currículo escolar<sup>10</sup>. A resposta da Câmara foi a decisão de supressão de toda referência às palavras “gênero” e “sexualidade” do documento. A justificativa foi dada por um dos vereadores ao jornal local:

Podem ficar tranquilos porque as famílias campo-grandenses estão preservadas e toda a ideologia de identidade de gênero será suprimida. Foram 18 emendas aprovadas. Vamos manter o direito segundo a visão da família tradicional <sup>11</sup>

Considerando o ocorrido com o Plano Municipal de Educação ou o que envolveu a tentativa de aprovação da Lei da Mordaça na cidade, o que acontece em Campo Grande faz parte, não somente no Brasil, de iniciativas de diferentes empreendedoras/es morais, dando características transnacionais a tal fenômeno. Parte dos discursos referentes a uma suposta “ideologia de gênero” tem sido fundamentada em uma tradução para a língua portuguesa, disponível na internet<sup>12</sup>, de fragmentos do livro “The Gender Agenda: Redefining Equality”, publicado em 1997 por Dale O’Leary, membro da Associação Médica Católica dos Estados Unidos. Nele, ela aponta o surgimento de uma “incorporação da perspectiva de gênero” que, em sua visão, deu um “tratamento negativo” ao casamento, a família e a maternidade nos documentos da Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994 e, também, na Quarta Conferência Mundial Sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, ambas lideradas pela ONU.

<sup>10</sup> Documento disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2265-nota-da-cnbb-sobre-a-ideologia-de-genero&category\\_slug=notas-e-declaracoes&Itemid=252](http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2265-nota-da-cnbb-sobre-a-ideologia-de-genero&category_slug=notas-e-declaracoes&Itemid=252)>. Acesso em: 04 Ago. 2016.

<sup>11</sup> Matéria jornalística disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/politica/vereadores-excluem-identidade-de-genero-e-aprovam-plano-de-educacao>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

<sup>12</sup> Estou me referindo ao texto disponibilizado na página do Movimento Escola Sem Partido, que pode ser conferido em: <<http://www.escolasempartido.org/images/agenero>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

No geral, a autora vê perigo na defesa das feministas (identificadas como “anti-família”, em contraponto às/aos “pró-famílias”) ao afirmarem que direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos, afinal, segundo ela, promoveria o direito à homossexualidade, a inseminação artificial, ao aborto, a prática sexual entre adolescentes e até o sexo com crianças. Ela faz esta crítica citando diferentes autoras/es que fundamentariam tal “perspectiva”<sup>13</sup>, especialmente as obras “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, de Frederic Engels; “A Dialética do Sexo”, de Shulamith Firestone, e “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”, de Judith Butler.

Mais recentemente, o Papa Bento XVI, em 21 de dezembro de 2012, na ocasião de apresentação à cúria romana dos votos natalícios, assim se pronunciou em alusão a máxima de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher; torna-se mulher”:

De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente<sup>14</sup>.

Ele, em parte do seu discurso, cita os estudos do rabino-chefe da França Gilles Bernheim, portanto, esse pânico tem origem não somente em lideranças de religiões cristãs. Segundo a fala do Pontífice, a teoria de gênero defende uma espécie de voluntarismo auto-definidor do “homem” diante da natureza, passando a sociedade não mais definir o “sexo”, mas ele “automaticamente”. O maior erro das/os críticas/os a tal “filosofia”, denominada por elas/es como “ideologia”, é não ler a citação de Beauvoir no contexto do seu uso, afinal, a perspectiva teórica construtivista desta autora, até mesmo das pós-estruturalistas contemporâneas, não nos permite compreender este “tornar-se”, ou um suposto “devir mulher”, como algo livre das relações sócio-culturais

---

<sup>13</sup> O’Leary não considera as diferentes abordagens teóricas das obras que cita para construir o seu argumento, tampouco contextualiza o quanto essas obras são conflitantes entre si, antes, elabora uma reflexão que dá a entender, erroneamente, que as autoras/es estão na mesma direção crítica e epistemológica, todas/os estariam compondo o histórico linear da teorização sobre o gênero e, com isso, colaborando para a suposta “derrubada” da família.

<sup>14</sup> Discurso do Papa Francisco disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20121221\\_auguri-curia.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html)>. Acesso em: 31 de jul. 2016.

e de poder, o que, evidentemente, limita qualquer decisão supostamente auto-definidora das pessoas sobre o “sexo”<sup>15</sup> ou gênero.

Para as/os que acreditam que exista uma ameaçadora “ideologia de gênero”, é preciso proibir essas discussões porque, com ela, passa-se a deixar de ser válida a narrativa bíblica “Ele os criou homem e mulher”, afinal, segundo o discurso papal, “Isto deixou de ser válido, para valer que não foi Ele que os criou homem e mulher; mas teria sido a sociedade a determiná-lo até agora, ao passo que agora somos nós mesmos a decidir sobre isto”. Portanto, se, segundo o referido Papa, “Homem e mulher como realidade da criação, como natureza da pessoa humana, já não existem. O homem contesta a sua própria natureza; agora, é só espírito e vontade”. Afinal, reforça ele, “Agora existe apenas o homem em abstracto, que em seguida escolhe para si, autonomamente, qualquer coisa como sua natureza”.

Em Campo Grande, no entanto, um grupo minoritário entre as lideranças religiosas contestou tal interpretação. O posicionamento da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, através da sua Paróquia da Inclusão, em uma Carta de Repúdio à referida lei, foi entregue às/aos vereadoras/es e demais autoridades por esta instituição religiosa. Com argumentos legais, sociais, pedagógicos e bíblico-religiosos, repudiaram veementemente o projeto de lei. Em um dos parágrafos, lê-se:

Se Deus resolveu um dia criar, foi única e exclusivamente por seu projeto de amor expresso em forma de liberdade. Se o criador assim nos fez, quem somos nós para não oferecer ao próximo o mesmo? Acreditamos que não é a dita “ideologia de gênero” que separa as pessoas de seu criador, mas a hipocrisia de sustentar falsas relações baseadas em poder que temem a liberdade e o amor<sup>16</sup>.

No entanto, diferentemente do que ocorreu no ano de 2015, onde as críticas pressões em relação às mudanças no Plano Municipal de Educação foram pontuais e insuficientes para alterar tal retrocesso, quando da tentativa da aprovação da Lei da Mordaca na cidade, em 2016, diferentes organizações não governamentais, setores sindicais da educação, universidades, movimentos sociais e professoras/es da educação pública e privada/comunitária se mobilizaram cobrando o veto do prefeito a lei e,

<sup>15</sup> Utilizo as palavras “sexo” entre aspas em um sentido crítico, na tentativa de problematizar qualquer perspectiva bio-naturalizante desta categoria, destacando, portanto, seu caráter sociocultural.

<sup>16</sup> Carta disponível na íntegra em <<http://adufms.org.br/2016/06/08/carta-de-repudio-entregue-a-vereadoras-de-campo-grande-reverendo-hugo-sanchez-igreja-anglicana-manifesta-se-contr-a-lei-da-mordaca/>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

posteriormente, a manutenção do veto pelas/os vereadoras/es. Uma possibilidade de compreender essa maior mobilização em 2016 é que a Lei da Mordaça também proibia as discussões sobre religião e a abordagem crítica em relação à política nacional. Assim, parece que gênero e sexualidade, por si só, no contexto local, são insuficientes para mobilizar toda uma rede de pessoas contrárias a tal iniciativa. No final desse processo de mobilização as/os vereadoras/es optaram por retirar de pauta o veto do prefeito a referida proposição legal, não aprovando e tampouco reprovando tal iniciativa. Para esta nova legislatura (2017-2020), o grande defensor da Lei da Mordaça na cidade, assim como alguns dos seus apoiadores, foi reeleito. Há uma expectativa de que tal proposição voltará à pauta da Câmara Municipal em breve.

### **Da importância de compreender a produção de um corpo estranho/risível**

A nossa atenção voltada para o corpo estranho na sala de aula foi, de forma pioneira, motivada pelos estudos de Louro (2004), que põe em questão o currículo no seu efeito de nos fazer conhecer determinadas coisas e não outras. Segundo ela, não se trata de incluir no currículo esse estranho, antes, é necessário indagar o que ou quanto um dado grupo suporta conhecer. Sendo o currículo generificado e sexualizado, como ele de fato é, o ponto de partida, a ser questionado, é exatamente o da premissa que determinado sexo indica determinado gênero e este gênero, por sua vez, um desejo, o que é comumente defendido pelas/os empreendedoras/es morais, muitas/os já citados nesse artigo. Essa é uma lógica binária que institui a heterossexualidade como expectativa sócio-cultural, exatamente o que as Leis da Mordaça querem legitimar. A reflexão de Louro está fundamentada no que Butler (2003) chamou de matriz de inteligibilidade de gênero. É essa premissa que determina os limites, isto é, as fronteiras, do “pensável” no campo do gênero e da sexualidade binários, tidos como “normais”. Em suas palavras,

Sendo a lógica binária, há que admitir a existência de um pólo desvalorizado – um grupo designado como minoritário que pode ser *tolerado* como desviante ou diferente. É insuportável, contudo, pensar em múltiplas sexualidades. A idéia de multiplicidade escapa da lógica que rege toda essa questão (LOURO, 2004, p. 66).

Nesse sentido, o sucesso midiático da estranheza de uma mulher, que comumente *passa por*<sup>17</sup> uma travesti, pode nos servir para problematizar parte da argumentação das/os defensores da existência de uma “ideologia de gênero” ameaçando as crianças e as suas famílias. Esse *passar por* travesti se dá devido ao tamanho dos peitos (tido por muitas pessoas como exagerado), do corpo sempre a mostra pelo uso de peças muitíssimo curtas, a pele negra e tatuada, os lábios e as unhas sempre pintados em cores fortes, as sobrancelhas bem desenhadas, os cabelos longos e encaracolados. Além dessa estética, a performance e o discurso de Inês Brasil a constituiu nas mídias como uma pessoa risível.

O riso é uma experiência histórica, isto é, não é o mesmo sempre e está envolto nas relações de poder e de subjetivação que o envolve desde muito tempo. Isso nos faz pensá-lo também via as suas características contemporâneas, seus significados atuais. Por exemplo, segundo Minois (2003, p. 593), neste início de século XXI, devido a sua comercialização, “O riso está em perigo, vítima do seu sucesso”, mesmo isso o tornando tão indispensável às pessoas como o telefone móvel. Baseado em Gilles Lipovetski, o autor caracteriza a sociedade contemporânea como uma “sociedade humorística”, isto é, uma sociedade onde “o riso é receita eleitoral, argumento publicitário, garantia de audiência para os meios de comunicação e até uma incitação à ação caritativa [...]” (MIONS, 2003, p. 594). É uma sociedade que se banha no culto da descontração divertida. E isso tem tudo a ver com a sociedade de consumo, que é, antes de tudo, eufórica.

Mas, é preciso minimizar a caracterização que se faz desta “sociedade humorística” em meio a uma visão “desenvolta do mundo”, afinal, discordo da percepção pessimista de que o riso tenha estado “moribundo” ou “vazio” em nosso tempo por ter se transformado em “fogo de palha generalizado, numa sociedade de consenso fraco” (Idem, p. 620). Penso que o equívoco desta percepção esteja na noção de que viemos em uma sociedade necessariamente de “consenso fraco”, “rasa”. Porque não teríamos mais aquilo que trazia vigor ao cômico, os contrastes com o sério: seriedade

---

<sup>17</sup> O *passar por* aqui é entendido como um regime de visibilidade e conhecimento que mostra o quanto os processos de identificação e diferenciação têm como referência ideias culturalmente binárias do que é uma mulher com sexo biológico e uma travesti, isto é, uma pessoa feminina, como as mulheres, mas com pênis. Essa “falsa” identificação/reconhecimento da Inês Brasil como travesti é um dos sinais do quanto o “ser homem” e o “ser mulher” em nossa sociedade é fluido e contextual. Sobre *passabilidade* e educação, ler Duque (2016).

do Estado, da religião, do sagrado, da moral, do trabalho, da ideologia. Penso ser necessário não generalizar o que Gilles Lipovetski chama de “era do vazio”:

Um novo estilo descontraído e inofensivo, sem negação e nem mensagem, apareceu. Ele caracteriza o humor da moda, do texto jornalístico, dos jogos radiofônicos e televisivos, do bar, de numerosos BD. O cômico, longe de ser a festa do povo ou do espírito, tornou-se um imperativo social generalizado, uma atmosfera *cool*, um meio ambiente permanente que o indivíduo suporta até em sua vida cotidiana. (LIPOVETSKI apud MIONIS, 2003, p. 620).

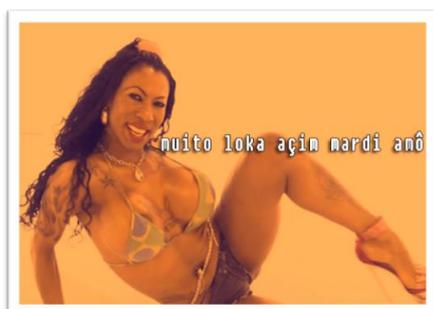
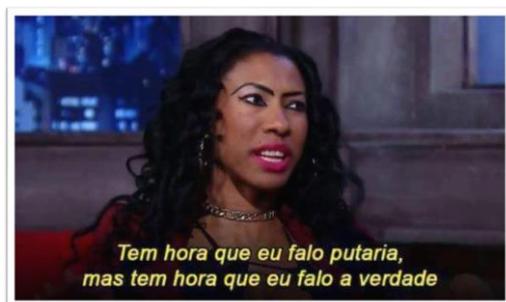
Vejam os memes “se me ataca, eu vou ataca” de Inês Brasil em um dos memes analisados nesse estudo.



Sua origem está na frase “Seja a pessoa que for, se me ataca, eu vou ataca. Mas não é porque um cavalo nos dá uma patada, que a gente vai corta as quatro pata dele”<sup>18</sup>. Primeiramente, se há necessidade de ataque, é porque vivemos em contextos não tão *coll* ou “desenvolto”, especialmente diante dos corpos e performances tidas como estranhas, semelhantes às dela. Por outro lado, a relativização de que o “coice” não justifica “o corte das quatro patas do cavalo”, diminui a agressividade do discurso. A letra da música também já citada no início desta reflexão é outra prova do discurso não agressivo da cantora, mas sem deixar de fazer referência a violência. Diz a letra: “Se é pro baile de funk, eu vou contido meu amor. Mas se for pra fazer guerra, não me chama que eu não to”. A música segue afirmando que “não tem terror, não tem caô” (mentira, enganação, fria), que “make, make, make love é muito melhor, demoro”. Novamente, a afirmação valorativa do não terror só faz sentido em contextos onde ele pode ser uma via, ou em que a violência e a mentira têm sido uma forma de vivenciar a realidade. A

<sup>18</sup> Frase disponível em um vídeo do Youtube com mais de 190 mil visualizações e 1620 curtidas e 25 descurtidas, com duração de 8 segundos, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sPVRytXk0YI>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

cena inicial do clipe oficial da música apresenta um homem traído prestes a matar a mulher e o amante, mas é interrompido por ela que, ao iniciar o canto, baixa a arma do rapaz. Já as cenas finais apresentam os três sobre uma cama, inclusive com um beijo na boca dos dois personagens masculinos. O erotismo e o discurso contra a violência marca a maior parte das performances da cantora na Internet.



Por isso, prefiro seguir uma análise menos generalizadora e reconhecer a ambivalência do riso na contemporaneidade, o que, de certa forma, todos os intelectuais do século XX fizeram (MIONIS, 2003). Esta ambiguidade está dada pelo contexto cultural onde este, como qualquer outro, artefato cultural é produzido. Para compreendermos e rirmos com uma piada, segundo Possenti (1998), é preciso conhecer os traços da cultura, assim como para entender histórias infantis, mitos locais, receitas culinárias, aspectos da legislação, regras políticas, o que gritam os torcedores nas tardes de domingo. Este autor nos oferece uma pista importante para pensarmos os efeitos ambivalentes do artefato cultural aqui em discussão. Ele afirma que “o que faz que uma piada seja uma piada não é o seu tema, sua conclusão sobre o tema, mas uma certa maneira de apresentar tal tema ou uma tese sobre tal tema” (Idem, p.46). E, o mais importante para esta reflexão: se necessita de um tema proibido ou controlado por

regras sociais de bom comportamento (evitar preconceito, reprimir desejos sexuais ou de eliminação do diferente, etc.).

Neste sentido, a frequente erotização do discurso e das imagens envolvendo Inês Brasil está diretamente associada a outros discursos presentes em nossa experiência cultural. Além da violência, conforme já citada aqui, a referência religiosa é outra marca forte deste artefato cultural.



Violência, erotismo e discurso religioso, juntos, formam a temática “proibida” e “controlada” por nossas regras sociais, dando potência a forma como ela apresenta tal tema, a “tese” defendida por Inês com seu corpo estranho. No entanto, isso não basta. Afinal, segundo Minois, “O riso está em toda parte, mas não é, em todo lugar, o mesmo riso” (2003, p. 610). Para pensar o artefato cultural Inês Brasil neste momento histórico é preciso levar em consideração que o seu sucesso é fazer as pessoas rirem. E, em certo aspecto, é preciso ter a clareza de que “o comico que vende bem é aquele que o público exige” (Idem, p. 622). Nesse sentido, o público não está de todo disposto a romper normas e convenções caras aos seus próprios processos de reconhecimento e identificação valorados socialmente. Por exemplo, comumente, a mesma mulher de corpo estranho e risível, é a que, repetidamente, em memes e em diferentes aparições na mídia (internet ou TV), é aplaudida por defender a valorização da maternidade responsável, a ponto de justificar a sua prática, durante anos, da prostituição fora do Brasil, associado ao orgulho sempre grandioso de se ter casado com um homem branco, rico, europeu e heterossexual, valorizando, portanto, certa ideia de amor romântico. Isso é o que proponho aqui ser compreendido, isto é, a produção e o sucesso do corpo estranho de Inês Brasil para ampliar as possibilidades de maior intervenção diante dos discursos que insistem em “denunciar”, via características de um pânico moral, que o que se quer ensinar na escola é que as pessoas podem escolher para si, autonomamente,

qualquer coisa como sua natureza. Como já ficou claro aqui, não se trata disso, nem mesmo quando se leva em consideração o ambiente online. Afinal, reconheço a tecnologia da internet como um gênero cultural, e, como tal, não nos permite criar algo radicalmente novo, mas, antes, realizar um desejo já presente anteriormente, que, porém, não tinha como ser realizado, visto que faltavam os meios. Isso não significa que ela também não possa criar algo absolutamente novo, impensável sem a ausência dessa nova tecnologia. Nesse sentido, com ela, há a possibilidade de explorar novas coisas, experimentar novas liberdades, “mas isso também induz ansiedades quanto ao controle sobre como essas liberdades e capacidades serão empregadas” (MILLER, 2013, p. 173).

### **Ninguém nasce Inês Brasil, torna-se Inês Brasil – a título de conclusão**

Como procurei discutir até aqui, precisamos compreender o papel da sociedade via as novas percepções não essencialistas e/ou não metafísicas da análise sobre “sexo” e gênero, isto é, de maneira diferente do que foi apresentado anteriormente no discurso de religiosos, políticos ou das pessoas envolvidas no movimento “Escola sem Partido”. Butler, por exemplo, compreende “sexo” como “parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (2001, p. 153). Em outras palavras, não devemos tomar “sexo” como aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: “ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (Idem, p. 154-155). Sendo assim, pensar o corpo aqui exige ir além da compreensão de um sujeito autônomo e voluntarista no que se refere às suas experiências de gênero e sexualidade, tampouco tomá-lo a partir de uma ideia de determinismo cultural, pelo qual não se vê saída (ou se reconhecem muito poucas) diante das normas e convenções. Esta análise também se distânciava de noções como a ontológica separação entre corpo e mente, afinal, assim estaria impossibilitada de questionar as relações entre ciência, corpo e sociedade. Portanto, o esforço é no sentido tomado por algumas feministas, filósofos/as e cientistas sociais: conceber o corpo sujeito de dinâmicas sociais, como locus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade (MONTEIRO, 2012).

Os memes, como artefato cultural, devem ser entendidos no contexto da sua criação. Estas fotos-legendas nos ajudam a elencar os temas de sucesso desta linguagem

da internet, que vão desde a oração até a putaria. Isso corrobora a compreensão deste artefato cultural enquanto linguagem, e, por isso, também uma forma de pensamento, “uma forma de entendimento do mundo, seja ‘dentro’ ou ‘fora’ da internet, portanto não se restringe ao ambiente *online*” (HORTA, 2015, p. 171). Dito de outro modo, “não faria sentido tratar a cultura da internet como um “ambiente virtual” que está desconectado do “mundo real”, que é uma outra realidade” (Idem).

A erotização e o crescente discurso fundamentalista cristão, seja católico ou não, compõe parte importante da cena da produção dos discursos/da linguagem em torno dos seus memes porque faz parte da realidade como um todo. A escola não fica fora desses campos de tensões e poderes, como já apresentamos neste texto, tampouco o pânico moral está desconectado dessa realidade. Neste ponto, em especial, tanto o artefato cultural, como a própria proposta de uma luta contra a perigosa “ideologia de gênero” estão marcados por esse contexto sócio histórico.

Além do contexto que o torna possível, Inês Brasil como um artefato cultural nos indica que, se por um lado configura como certa resposta estratégica às demandas de uma “sociedade humorística”, por outro não deixa de ser uma espécie de denuncia de como o gênero e a sexualidade se apresentam na realidade *offline* diferente da forma como os críticos da “ideologia de gênero” afirmam. Afinal, ela demonstra algo que a escola, apesar das resistências, precisa enfrentar: os processos de produção das diferenças para além de uma agência auto-definidora dos sujeitos. Isso implica, entre outras coisas, em não apenas valorizar as diferenças de gênero e sexualidade, mas entende-las em suas formas de produção, reprodução e transformação. Para isso, como ensina Brah (2006), a diferença não pode ser vista sempre como um marcador de hierarquia e opressão, isto é, necessariamente depreciativo. Ainda que seja via o ser risível, ela pode se fortalecer como uma vivência altamente reconhecida e valorizada. Assim, a nós professoras/es “é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (Idem, p. 374).

Em oposição ao que defende aquelas/es que acreditam que existe uma ameaça rondando a infância e colocando em risco a família, a experiência de sucesso midiático deste artefato cultural é um sinal do quanto não estamos fora das relações de poder que implicam no que iremos ser, ou parecer ser. Dito de outro modo, ela, como ninguém de nós, escolheu voluntariamente ser a mulher que está sendo, nem mesmo tem controle

dos efeitos do seu sucesso, e, ainda que ela esteja distante dos ideais mais conservadores, é inteligível a ponto de reproduzir parte das expectativas das normas e convenções sociais. E, o mais surpreendente, ela não faz isso sozinha. É exatamente aquelas pessoas que, de alguma forma, identificam-se com esse artefato cultural, porque sabem bem como são afetadas pela erotização ou pelo fundamentalismo cristão, que criam e compartilham os seus memes. Ainda assim, ou exatamente por isso, como são historicamente contextualizadas, há espaços para agenciamentos. O agenciamento aqui é entendido a partir das “possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente” (PISCITELLI, 2008, p. 267), logo, jamais de forma autossuficiente, autonomamente. Antes, essa agência do eu é possível sob as lógicas de inteligibilidade social e das posições de poder que os sujeitos ocupam em uma sociedade ainda limitada no reconhecimento dos mais diferentes. Aí está a importância de rir com Inês Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006. p. 329-376.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 152-172.
- COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London, MacGibbon & Kee, 1972.
- DESLANDES, K. *Formação de professores e Direitos Humanos: construindo escolas promotoras da igualdade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- DUQUE, T. A visibilidade trans na escola ou sobre algumas lições a nós professores/as. NOGUEIRA, E. G. D.; LACERDA, L. T. *Das novelas de formação à autonomia docente: entre diversidades, pesquisa e descobertas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 143-161.

- FERNANDES, M. D. E. O percurso político-legislativo do programa “Escola sem Partido” em Campo Grande, MS. *ETD- Educação Temática Digital*, Campinas, v.19 n.esp, 2017, p. 217-235 .
- FISCHER, R. M. B. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007. p. 290-299.
- HORTA, N. B. *O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2015.
- JUNQUERIA, R. D. “ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? RIBEIRO, P. R. C., MAGALHÃES, J. C. *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande, Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.
- LANCASTER, R. N. *Sex Panic and the Punitive State*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 2011.
- LOURO. G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MILLER, D. *Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MINOIS, G. *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social. *Cadernos Pagu*, n. 28, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007. p. 101-128
- MONTEIRO, M. S. A. *Os dilemas do humano: reinventando o corpo em uma era (bio)tecnológica*. São Paulo: Annablume, 2012.
- PISCITELLI, A. Internseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, vol.11, n. 2, 2008. p. 263-274.
- POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análise linguística de piadas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.
- SILVA, B. O. da; RIBEIRO, P. R. C. Sexualidade na sala de aula: tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, 2011. p. 521-533.